Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Horizontalidades e resistência: perspectivas para a construção cidadã das comunidades rurais Da chapada do APODI – RN

Horizontalities and resistance: perspectives for the citizen construction of rural communities from the Chapada do APODI-RN

Hugo Garbênio de Carvalho[1]

Profa. Dra. Maria Betânia Torres[2]

Resumo:

O trabalho aqui apresentado é um recorte de nossa dissertação de mestrado intitulada: "Do Pó do Sertão à Promessa do Oásis da Nova Era – Agricultura Familiar e Agronegócio na Chapada do Apodi. Utilizamos como recurso metodológico à pesquisa qualitativa: visitas às comunidades, observação participante, entrevistas com atores diversos. A Chapada do Apodi-RN assiste ao processo de instalação de empresas de agronegócio que se estabelecem na região para a produção de frutas para a exportação. As comunidades instaladas na região iniciam um processo de lutas para resistir às imposições da técnica

[1]Mestrando pelo PPGCSH – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Sob orientação da Profa. Dra. Maria Betânia Ribeiro Torres, e coorientação da Profa. Dra. Marcia Regina Farias Silva, e-mail: hugogcarvalho6@gmail.com

[2]Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN), e-mail: betaniatorres@gmail.com

global ao qual o agronegócio representa. Esta dialética tem levado os agricultores a elaborar mecanismos de ação e resistência às influências que as verticalidades imprimem no lugar, sendo a mobilização, o associativismo e o permanente debate entre sujeitos os principais instrumentos de luta. O conflito travado entre as verticalidades do agronegócio e as horizontalidades das comunidades rurais da Chapada do Apodi tem promovido a união horizontal dos trabalhadores que se entregam à luta pela defesa de suas terras e lógica produtiva. A efervescência política começa nas comunidades rurais, tendo em vista que participação é essencial dentro do processo de resistência, o que faz nascer, portanto, a perspectiva do cidadão como ser político e participativo.
Palavras-chave: Verticalidades, horizontalidades, cidadania.

Terra nossa, Liberdade

Esta é a Terra nossa:
a Liberdade,
humanos!
Esta é a Terra nossa:
a de todos,
irmãos!
A Terra dos Homens
que caminham por ela,
pé descalço e pobre.
Que nela nascem, dela,
para crescer com ela,
como troncos de Espírito e
de Carne.
Que se enterram nela
como semeadura
de Cinzas e de Espírito,
para fazê-la fecunda como
uma esposa mãe.

Que se entregam a ela,
cada dia,
e a entregam a Deus
e ao Universo,
em pensamento e suor,
em sua alegria,
e em sua dor,
como o olhar
e com a enxada
e com o verso...
Prostitutos cridos
da mãe comum,
seus mal-nascidos!
Malditas sejam
as cercas vossas,
as que vos cercam
por dentro,
gordos,
sós,
como porcos cevados:
fechando,
com seu arame e seus títulos,
fora de vosso amor,
aos irmãos!
(Fora de seus direitos,
seus filhos
e seus prantos
e seus mortos,
seus braços e seu arroz!)

Fechando-os
fora dos irmãos
e de Deus!
Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por umas poucas mãos
Para ampararem cercas e bois
e fazer a Terra, escrava
e escravos os humanos!
Outra é a Terra nossa,
Homens, todos!
A humana Terra livre irmãos!
Dom Pedro Casaldáliga

1. Introdução

Com o processo de globalização, que expande a técnica hegemônica a todos os recantos do planeta, os lugares que oferecem as melhores condições à instalação dos instrumentos técnicos globais são

ocupados pelas técnicas hegemônicas, que se apropriam dos territórios de forma vertical, impondo modelos de racionalização, organização e produtivos, sem levar em consideração as realidades locais historicamente construídas e constituídas (SANTOS, 2006, 2007, 2015), ou seja, as horizontalidades não são levadas em conta no processo de imposição de técnicas hegemônicas aos territórios. Dessa forma, as técnicas globais se lançam em controle não só do território que se instala, mas também dos mecanismos econômicos e políticos, passando a exercer o papel de árbitro que decide a seu favor.

Assim, se pode constatar na Chapada do Apodi-RN que o processo de instalação de empresas de agronegócio com aporte técnico global que se estabelece na região vem modificando as estruturas sociais e organizacionais ali existentes há décadas, em detrimento de um modelo produtivo que atende aos ditames do grande capital: produção agrícola em larga escala e sem preocupação com o uso exploratório da terra, subemprego e trabalho assalariado.

Some-se a isto o processo de degradação ambiental, característico do modelo produtivo do agronegócio, e a degradação do homem pelo processo de exploração e perda das identidades locais que se esfacelam diante da imposição de uma lógica produtiva que não condiz com aquilo que historicamente se estabeleceu no lugar como forma de conviver com a terra e com o homem. Além, claro, do fato de que as comunidades rurais passam a obedecer às ordens de agentes externos que se impõem verticalmente, atendendo a necessidades estranhas ao lugar. Estabelecido este modelo assimétrico de relações, as comunidades rurais da Chapada do Apodi se mobilizam horizontalmente para construir instrumentos de resistência que limitem a ação da técnica global verticalizada. Entretanto, os recursos usados para isso têm sido construídos pelo debate, esclarecimento dos efeitos do agronegócio às

comunidades rurais e pela união de vários atores para, em um primeiro momento, promover a denúncia. Atos de rua, fóruns, intercâmbios, alinhamento com academia e pesquisadores se somam aos agricultores na construção da resistência.

As verticalidades que se estabelecem com a globalização possuem uma conotação de perversidade, como assevera Santos (2015, pp. 10-20):

> Para maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidade. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam a todos os territórios.

Dito isso, o artigo propõe discutir, a partir do recorte territorial, tomando como referência Santos (2006, 2007, 2015), para quem o território é o espaço onde se estabelecem as relações de verticalidades e horizontalidades, da Chapada do Apodi-RN, a possibilidade de, por meio das horizontalidades construídas nas comunidades rurais, resistir às exigências impostas pela técnica global ao lugar por meio da organização social e da participação política dos sujeitos ali estabelecidos.

O fortalecimento das horizontalidades e a perspectiva da participação cidadã dos sujeitos, por meio do associativismo e do debate entre os seus pares acerca dos problemas que recaem sobre suas comunidades, em consequência da instalação de empresas de agronegócio na região, também são tópicos essências na discussão que nos propomos a desenvolver.

2. Metodologia

Para tanto, nosso alicerce teórico será Santos (2006, 2007, 2015), e outros autores que nos vão auxiliar no debate acerca do problema que nos propomos a discutir.

A pesquisa desenvolveu-se no período que corresponde ao primeiro semestre de 2015 e segundo semestre de 2016, durante o qual realizamos observação participante nas reuniões dos colegiados da agricultura familiar da Chapada do Apodi e percorremos quatro comunidades — Moaci Lucena, Portal da Chapada, Milagres e Baixa Verde 02 —, no intuito de colher dados a partir das falas dos agricultores e das lideranças comunitárias, realizando entrevistas com representantes das associações comunitárias, ONGs e sindicato. A escolha dessas comunidades se deu em virtude da proximidade com as empresas do agronegócio que se estabelecem na região. Com base nesses procedimentos, pretendemos oferecer um aspecto empírico para construir o debate embasado nas teorias que alicerçam o artigo. A observação participante nesse contexto é importante para o desenvolvimento deste trabalho, pois "ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os sujeitos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento" (BONI, V. QUARESMA, SJ, 2005, p. 70), além de obrigá-lo a ter contado direto com a realidade vivida pelos sujeitos/grupos que se propõe pesquisar. Parte essencial da nossa investigação para o artigo foi realizada por meio da observação, em que tomamos notas sobre o comportamento das pessoas no local da investigação (CRESWEL, p. 190).

3. Verticalidades e imposição: contextualizando com a chapada do APODI-RN

Segundo dados levantados pelo Projeto SER-TÃO (2013), desenvolvido pelo Departamento de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, as comunidades assentadas na chapada do Apodi-RN são fruto de um processo histórico de lutas, que

teve início no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em virtude das ações de organização popular dos trabalhadores rurais de Apodi.

É importante ressaltar que, em períodos anteriores, a Chapada do Apodi era ocupada por latifúndios, principalmente ligados à cultura do algodão, que entra em colapso com a crise promovida por pragas e pelo clima, deixando vastas extensões de terra sem uso para seus devidos fins. Neste contexto, incentivados pela organização dos trabalhadores rurais, que assim como a terra somavam uma parcela significativa abandonados e com a falência do modelo produtivo dos latifúndios, cria-se, em 1990, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi – STTR, instituição de representação de classe importante na luta pela terra na região. Nesse ambiente se concebe os primeiros assentamentos com características de reforma agrária na região. No mesmo período, o sindicato é finalmente tomado pelos agricultores — "o que existia antes era um sindicato de performance, ligado a questões previdenciárias somente, sem a preocupação com a situação dos agricultores" (CPT, 2016).

Na primeira metade da década de 1990, tem início o processo de desapropriação de terras, que promove a distribuição fundiária na região e possibilita a criação de vários assentamentos — alguns nascem com a ação de desapropriação promovidas pelo Incra – Instituto Nacional de Reforma Agrária, e outros com o auxílio de créditos fornecidos pelo governo especificamente para esses fins, o Crédito Fundiário, por exemplo. O processo de estabelecimento das comunidades dá início a uma lógica produtiva que "torna possível a conversão dos pobres em produtores rurais" (SAUER, 2008, p. 58).

O processo de globalização que o mundo testemunha promove a expansão da técnica a todos os lugares, sobretudo, como foi salientado anteriormente, àqueles que oferecem as melhores condições de

instalação das técnicas globais. Por possuir os elementos necessários ao processo de estabelecimento das técnicas hegemônicas — água em certa abundância, proveniente do aquífero Jandaíra, terra de boa qualidade e mão de obra farta em detrimento dos anos seguidos de seca —, as comunidades da Chapada do Apodi assistem à chegada de empresas de agronegócio que impõem suas condições ao lugar. As imposições que se observam são de toda ordem: desde a remodelagem territorial, até a transformação da vida das comunidades, trazendo consigo toda sorte de mudanças até então inexistentes e inesperadas. As ordens, que anteriormente partiam das comunidades e atendiam o tempo dos homens lentos, passa a ser demandadas de um centro distante e estranho e obedecem ao tempo dos homens rápidos e aos fluxos produtivos globais. A isto, Santos (2006) vai chamar de verticalidade.

As verticalidades nada mais são do que "a tendência atual de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital" (SANTOS, p. 194). As verticalidades, portanto, se colocam como um instrumento de imposição, um modelo a ser fixado na região, atendendo a demandas externas. No caso específico da Chapada do Apodi, as verticalidades podem ser percebidas no momento em que as empresas do agronegócio se fixam na localidade, dando início ao processo de imposição de técnicas e normas.

As firmas hegemônicas, que tomam para si a função das instituições públicas, regulam verticalmente como o território será usado, dessa forma:

> As firmas globais, os bancos, tomam o lugar das instituições governamentais. Usurpam das assembleias eleitas um poder legislativo que não têm, impondo regras à totalidade dos cidadãos. Mediante essa invasão descabida, a vida social é igualmente regulada em função de interesses privatistas (SANTOS, 2007, p. 35).

O agronegócio se estabelece na Chapada do Apodi em um momento delicado, uma vez que a região passa por um dos maiores períodos de estiagem já visto na série histórica. Contrariando o fator natural, seca prolongada, que, pelo menos em teoria, dificultaria a produção de culturas agrícolas, as empresas do agronegócio dão início à produção de frutas para a exportação. Isto se dá, sem que haja planejamento, discussão sobre os impactos do agronegócio para as comunidades rurais ali existentes. Segundo o entrevistado Carcará (2016), os primeiros efeitos podem ser percebidos imediatamente: a vazão dos poços das comunidades diminuem em decorrência da perfuração de poços profundos e da extração sem limites da água do aquífero Jandaíra por parte das empresas. Este fato configura a parte mais aguda do conflito.

As decisões são tomadas verticalmente nos centros de decisões e recaem no local. Institutos de pesquisa podem comprovar essa tendência como a Embrapa (2015), por exemplo, constatando que nos primeiros meses de 2015 o quadro de estiagem não se modificaria. Assim: "existe uma tendência de que as chuvas para os próximos três meses (fevereiro, março e abril de 2015) apresentem valores abaixo da normalidade, com grande variabilidade temporal e espacial, conforme os seguintes percentuais".

Os gráficos constatam as possibilidades de chuva:

Quadro 1 – Precipitações no Rio Grande do Norte – RN para o ano de 2015

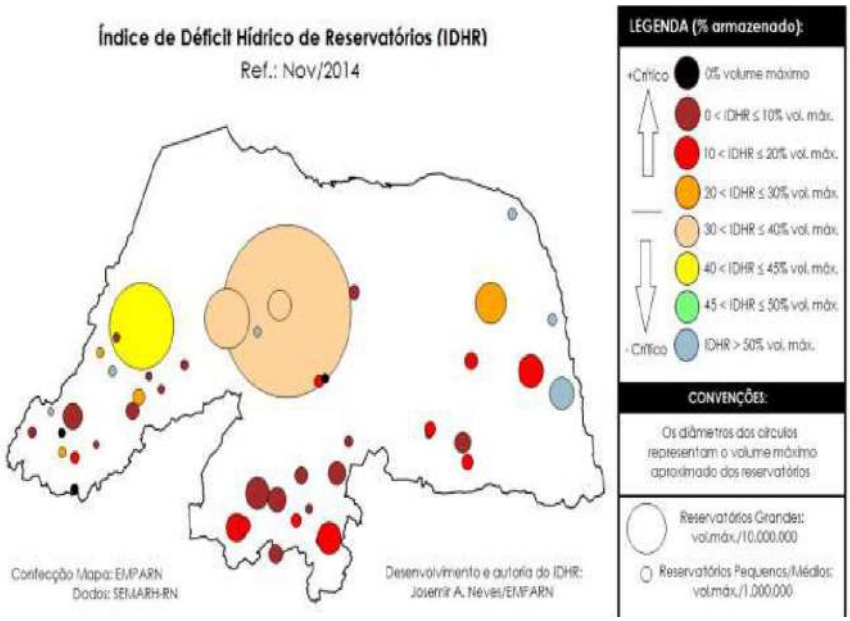
Abaixo do Normal:	Normal:	Acima do Normal:
45%	35%	20%

Fonte: Embrapa. Natal. Jan. 2015.

O mapa 1 demonstra o índice dos reservatórios de água no Rio Grande do Norte no período que corresponde a 2014/2015. Pode-se

observar que a estiagem tem castigado o estado e a região oeste, onde se localiza a Chapada do Apodi.

Mapa 1 – Índice dos reservatórios do RN



Fonte: Embrapa. Natal. Jan. 2015.

A verticalidade, portanto, se configura uma das principais características da imposição das técnicas globais ao lugar, dispondo de aporte financeiro, político e jurídico que legitimam a ação das empresas hegemônicas, que se estabelecem na região e passam a impor, a sua maneira, como o território e os sujeitos que o habitam serão explorados. Dessa forma:

> O território passa a ser visto como um recurso, justamente a partir do uso programático que o equipamento modernizado de pontos escolhidos assegura. [...]. Pode-se dizer então que, em última análise, a competitividade acaba por destroçar as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais

> poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno (SANTOS, 2015, p. 85-108).

As ordens de cima chegam ao território e se apresentam às comunidades por meio de vários mecanismos: um exemplo é a pressão exercida pelo governo sobre os agricultores no que se refere ao uso da água, configurando uma das estratégias de intimidação. Como mencionado anteriormente, a seca assola a região há mais de quatro anos seguidos; a água tornou-se, evidentemente, um recurso escasso, sobretudo para os agricultores que não dispõem dos mesmos instrumentos que o agronegócio disponibiliza. Contudo, as empresas do agronegócio batem recorde de produção, explorando o mesmo território que habitam os agricultores que têm sua produção comprometida em virtude da exploração dos recursos promovidos pelo agronegócio. Estes últimos são, portanto, os únicos atingidos pela seca, além da falta de políticas que os assistam; a única fartura são as normas verticais que se amontoam em obrigatoriedades a serem postas em prática por eles. Exemplos sobram para ilustrar as situações de imposições, podendo ser citada como a mais sintomática as outorgas de água exigidas dos pequenos agricultores pelas instituições, como a Secretaria de Recursos Hídricos do estado. Por não dispor de recursos financeiros e técnicos, os agricultores que possuem poços sem regulamentação, ambientam ou utilizam a água do rio Apodi-Mossoró são intimados pela justiça, correndo risco de responder por crime ambiental. "Não temos condição de pagar geólogo, técnico, máquina para cavar um poço para comunidade, é caro. Mas as empresas perfuram cinquenta bem ligeirinho" (CARCARÁ, 2016).

A imagem a seguir serve para ilustrar a contradição pela qual passa a Chapada do Apodi: em meio a um período de estiagem que

castiga a região, empresas produzem frutas para exportação em grande quantidade:

Imagem 1 – Produção de melão para exportação do agronegócio na Chapada do Apodi-RN



Fonte: http://apodiariooblog.blogspot.com.br/. Acesso em: 6 jan 2016. Produção de melão na Chapada do Apodi.

Na fala dos agricultores, o tom de revolta é pertinente, já que as verticalidades se impõem como norma jurídica: outorgas de água são exigidas deles para pressioná-los a não usar a água dos lençóis freáticos que correm sob a terra em relativa abundância, enquanto as empresas perfuram poços para a produção. "A luta das comunidades no começo era por terra, agora é por água" (AGRICULTOR, 2015).

É evidente, portanto, que a força da técnica global é uma barreira para as comunidades da Chapada do Apodi, pois as verticalidades que ela imprime obrigam os agricultores a recorrer à organização e à resistência como instrumento de luta. Desta forma, a horizontalidade passa a ser essencial, visto que é um elemento importante para a mobilização e a ação política dos agricultores. Neste sentido, a

cooperação, a organização política, o associativismo são instrumentos de luta. Em reuniões periódicas no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi – STTRA, intercâmbios com comunidades que passam pelos mesmos problemas em outras partes do estado e do país, auxílio da academia na pesquisa, formação e orientação dos agricultores e estratégias de resistência passam a ser construídas de forma coletiva e horizontalmente. É por meio das horizontalidades de uma formação cidadã, na perspectiva da ação política, que nascem nas comunidades: reuniões nas quais todos têm direito à voz, debates com a academia, junção de saber científico e popular, manifestações de rua — o problema que se torna público.

4. Horizontalidade – resistência e cidadania no lugar, uma possibilidade

Falar de cidadania no Brasil é delicado, sobretudo quando estamos tratando de comunidades rurais fincadas no Nordeste, no interior do Rio Grande do Norte. Santos (2007, p. 59) nos alerta para o fato de que: "olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual".

As comunidades rurais da Chapada do Apodi não escapam a essa realidade, porém existe um diferencial que merece destaque nas organizações sociais ali localizadas: as horizontalidades tornam claras as possibilidades, e a necessidade, de resistência às verticalidades, já que "os lugares podem se fortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir de ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a

coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo" (SANTOS, 2006, p. 194).

De forma horizontal, a discussão dos problemas que pesam sobre as comunidades é construída e, desse modo, traz a possibilidade de romper com o fascismo social do qual nos fala Boaventura de Sousa Santos (2010).

As verticalidades se apresentam na Chapada do Apodi com características deste fascismo social, pois:

> São um conjunto de processos sociais mediante os quais grandes setores da população são irreversivelmente mantidos no exterior ou expulsos de qualquer tipo de contrato social. São rejeitados, excluídos. [...] por terem sido excluídos ou expulsos de algum tipo de contrato social que haviam integrado antes (trabalhadores relegados para o trabalho precário, sem direitos, camponeses depois do colapso de projetos de reforma agrária ou outros megaprojetos de desenvolvimento) (SANTOS. B, 2010, p. 192-3).

Para romper com o fascismo social que as empresas hegemônicas impõem verticalmente, é preciso uma integração horizontal, pela qual os agricultores possam tomar consciência dos problemas trazidos pela técnica global e o que as ordens de cima acarretam para as comunidades. Neste processo, aprender a dizer não também é necessário: "dizer não é mostrar-se permanentemente vivo e portador de uma existência ativa, é recuperar os poderes perdidos e levantar-se sobre os próprios escombros, reaprendendo a liberdade" (SANTOS, 2007, p. 74). Dizer não é o primeiro passo para romper com o fascismo social e afirmar-se como ser político. Permanência no lugar, organização social, articulação em rede em conjunto com vários atores, denúncia das práticas do agronegócio são os principais recursos de resistência e de negação ao agronegócio que as comunidades têm desenvolvido para dizer não.

As horizontalidades se tornam essenciais, pois "trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante as solidariedades horizontais, cuja natureza é tanto econômica quanto social e cultural (SANTOS, 2015, p. 110). Horizontalmente, os trabalhadores rurais se organizam e montam as estratégias de resistência às verticalidades. Fortalecidos pelo associativismo, a horizontalidade é elemento que une os sujeitos a um pleito comum: a defesa do direito de permanecer no lugar, de não deixar a terra deslocando-se para a cidade: "não temos condições de vir para a cidade, pois sabemos criar bode, plantar feijão" (AGRICULTOR, 2015).

Historicamente, o homem do campo sempre esteve alheio às políticas de toda espécie, como afirma Santos (2007, p. 41-2):

> O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada, e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos, e a ganância dos intermediários. Esse homem do campo é mesmo titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhes são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chagar a saúde e a educação, para não falar de tantos outros serviços essenciais.

Neste contexto, a formação cidadã é essencial. No processo contínuo de reuniões e debates, a essência da cidadania aflora, o direito à voz, "gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada" (SANTOS, 2015, p. 144). O território, a terra conquistada em virtude de lutas coletivas e a organização social criam o vínculo com o lugar, edificam identidades e dão vida e significado às práticas. Desta forma, os atores sentem-se pertencentes à região. Este sentimento de pertencimento pode ser evidenciado na fala de todos os agricultores quando questionados se deixariam suas terras, o tom de

firmeza e a unanimidade nas respostas atestam essa territorialidade introjetada nos atores: “não deixaria minha terra por nada, foi aqui onde criei meus filhos [...] (lágrimas)” (BEIJA-FLOR, 2016).

A participação dos agricultores nas reuniões, assembleias, fóruns, intermediados pela representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi, além de promover o debate comum e a proposição de estratégias para enfrentar as demandas, proporcionavam aos trabalhadores um processo de aprendizagem, de tornar-se ser político, participativo. Este fenômeno atende à necessidade de colocar os trabalhadores como atores do processo de decisão, o que provoca a ruptura do isolamento desses sujeitos.

Imagem 2 – Reunião do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi – RN



Fonte: Sindicato. Fórum da Agricultura Familiar de Apodi – RN.

O incentivo à participação cumpre, de certa forma, um papel pedagógico na construção da cidadania[3], afinal, "a cidadania, sem

[3]É certo que, para Santos (2007), a cidadania plena se exerce quando as necessidades mais essenciais de uma sociedade são atendidas, tais como: escolas, moradia, hospitais, bem como a possibilidade da ação. Porém, ressaltamos aqui a importância da participação política dos trabalhadores rurais nos processos de tomada de decisões, tendo em vista a importância que a participação toma diante das demandas locais. A ação política, na ausência dos demais elementos da cidadania, torna-se um instrumento de inserção dos trabalhadores no mundo da cidadania, da discussão, do ser político.

dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizada na cultura" (SANTOS, 2007, p. 20). A participação nas instâncias de discussão atende as carências de representatividade às quais os trabalhadores são submetidos, "trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer — carência de todos os tipos de consumo, material e imaterial, também carência do consumo político, de participação e de cidadania" (SANTOS, 2006, p. 22).

No exercício da participação política por meio da possibilidade de ser ouvido e expor suas demandas, os agricultores da Chapada do Apodi encontram no outro os mesmos problemas e aflições. Esta possibilidade de expor ao outro as demandas permitem a junção de sujeitos que as verticalidades tendem a separar. A união horizontal, portanto, é um instrumento de multiplicação das forças coletivas, pois:

> Sozinho, ficamos livres, mas não podemos exercitar a liberdade. Como o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização. É assim que nosso campo de luta se alarga e que um maior número de pessoas inconformadas se reúne, ampliando, destarte, sua força e arrastando, pela convicção e o exemplo, gente já predisposta, mas ainda não solidamente instalada nesses princípios redentores. (SANTOS, 2007, p. 104).

Não se pode descartar, ou atribuir um papel secundário, a discussão sobre o território. Nesse contexto, o território não é um mero elemento de produção a ser explorado, é, sobretudo, onde se fixam as atividades contrastantes, e uma dialética se produz: verticalidades e horizontalidades se cruzam. O território não é um dado neutro, sem vida, como destaca Santos (2015, p. 80):

> Mas o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência.

Este conjunto de elementos, território e sociedade, a vida que o anima na Chapada do Apodi, proporciona dinamismo ao lugar, e o associativismo é importante para que o lugar exista e seja percebido. A vizinhança, a proximidade que o território promove entre os sujeitos produz um indivíduo refortificado. "As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício político" (SANTOS, 2015, p. 173).

Por meio das horizontalidades, associativismo e participação política, as resistências às verticalidades se tornam parte integrante da cultura das comunidades. "A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem em seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança" (SANTOS, 2006, p. 222).

5. Considerações finais – para não finalizar

Levando em consideração o que foi discutido até então, pode-se afirmar que a Chapada do Apodi – RN passa por um processo de reaprendizagem no que se refere à política como instrumento reivindicatório. Por meio do associativismo e da possibilidade do debate sobre os problemas que os atingem, os agricultores deixam de ser passivos perante a técnica globalizada e as verticalidades que elas imprimem, passando à ação cidadã cooperativa e propositiva.

A dialética que nasce do embate entre as duas forças desenvolve uma energia geradora de vontade de mudar e de permanecer na região, construindo a realidade horizontalmente, atendendo as demandas dos sujeitos que constroem e povoam o território e dele sobrevivem. A luta dos agricultores da Chapada do Apodi é pelo direito de permanecer e no lugar e nele produzir.

As comunidades da Chapada do Apodi parecem inverter a lógica que denuncia Santos (2012, p. 168), para quem, "nas condições atuais, e de um modo geral, estamos assistindo à não política, isto é, a política feita pelas empresas, sobretudo as maiores". De fato, as grandes empresas, verticalmente, impõem suas condições ao lugar, mas no caso específico da Chapada do Apodi têm encontrado sujeitos dispostos a defender o que lhes pertence, enfrentando toda sorte de infortúnios que verticalmente surgem, lutando com as armas do associativismo, em um processo de discussão coletiva em que todos os atores podem colocar suas demandas, rompendo com o isolamento, por meio do debate com os pares que passam pelos mesmos problemas, e construindo a ação política que discute horizontalmente as dificuldades que a todos atingem. Se, como afirma Santos (2015, p. 167), "a política é feita no mercado, uma política das empresas equivale à morte da política", os agricultores da Chapada do Apodi, em meio às limitações impostas pelas verticalidades das empresas hegemônicas, reinventam a política, uma política dos de baixo, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2010), construída das bases, horizontalmente.

Santos (2015, p. 120) nos diz: "uma boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer às leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de ilegais, irregulares, informais". Esta tem sido a estratégia das empresas hegemônicas e do próprio estado na Chapada do Apodi: relegar os agricultores à condição de irregulares, ilegais, informais. Muitos têm sido os instrumentos para tanto: exigência de outorgas para o uso da água do aquífero Jandaíra, única fonte segura de água em período de estiagem, notificação judicial aos agricultores no que ao tange uso desta mesma água etc. Porém, do pó do sertão, os agricultores renovam as forças e vão à luta pela terra a duras

penas conquistada e agora ameaçada pela lógica vertical dos atores hegemônicos. A luta pela terra é legítima, pois:

> A luta por terra é uma resistência e esse processo de dominação e exclusão essa resistência transforma-se também em uma construção pedagógica de atores sociais, os quais incorporam elementos e valores modernos como, a prática da participação, da tomada de decisões conjuntas, da preservação de valores da democracia etc. A luta por terra passa a ser então uma luta política, e não apenas uma luta social ou econômica e que atinge o conjunto da sociedade brasileira (SAUER, 2006, p. 43-4).

Em síntese, a força que brota das comunidades rurais da Chapada do Apodi reforça o pressuposto de que por meio da organização social, da luta em torno de objetivos comuns e do fortalecimento da política como instrumento de cidadania é possível conduzir a mudanças nas verticalidades impostas pela lógica hegemônica global e promover a mudança da lógica da globalização perversa que vitima os sujeitos com o modelo impositivo que não leva em consideração as realidades locais. Na ausência de assistência por parte do próprio Estado, que se torna um escritório das empresas hegemônicas, a mobilização, a participação política e o nascimento do cidadão que reclama os seus direitos são os instrumentos essenciais na luta contra as verticalidades que se impõem.

Referências bibliográficas

BONI, V; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduando em Sociologia Política da UFSC**. V.2, n.13. p. 68-80, jan.-jul. 2005.

CAUEME, D.J. **Agricultura familiar e agronegócio**: falsas antinomias. Redes, Santa Cruz do Sul, v.14, n.01. p. 26-44, jan.-abr. 2009.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

EMBRAPA – RN. Relatório da IV Reunião de Previsão Climática Para o Setor Norte Nordeste do Brasil – Ano 2013. Natal, fev. 2015.

_____. **Análise e previsão climática para o Norte do Nordeste do Brasil no período de fevereiro a abril de 2015.** Natal. Jan. 2015.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Diálogos e Práticas**. Mossoró, RN: edições UERN, 2013.

GOHN, M.G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n.54, p.439-55, set.-dez. 2008.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. **Revista Brasileira de Educação**. V.16 n.47, MG, maio-ago. 2011.

PEREIRA, M. do A. **Conflito socioambiental frente à implantação de perímetro irrigado na chapada do Apodi/RN na perspectiva dos resistentes**. UFC, Biblioteca de Ciências da Saúde. Fortaleza, 2013.

PONTES, A.G.V.P. Dissertação de Mestrado. **Saúde do trabalhador e saúde ambiental: articulando universidade, SUS, e movimentos sociais em território rural**. UFC, Biblioteca de Ciências da Saúde. Fortaleza, 2012.

RIGOTTO, R.M. **Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações**: o papel do campo científico. Fortaleza. 2011.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo. Cortez, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **A natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio:** a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Embrapa Informações e Tecnologia. Brasília – DF, 2008.

SCHINEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. **Agricultura familiar e teoria social**: a diversidade de formas familiares de produção na agricultura. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v.18 n.51. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988. Acesso em: 8 jul. 2015.